



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS ANGICAL
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

LEANDRO VELOSO DE MELO

**AGRICULTURA FAMILIAR E INFORMALIDADE: O SEU PAPEL NO
ABASTECIMENTO LOCAL NA CIDADE DE AMARANTE-PI.**

ANGICAL DO PIAUÍ

2023

LEANDRO VELOSO DE MELO

AGRICULTURA FAMILIAR E INFORMALIDADE: O SEU PAPEL NO
ABASTECIMENTO LOCAL NA CIDADE DE AMARANTE-PI.

Trabalho de Conclusão de Curso artigo científico
apresentado como exigência parcial para obtenção do
diploma do Curso de Bacharelado em Administração do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Piauí. Campus Angical do Piauí.

Orientador(a): Profa. Ma. Azenate Alves Rodrigues
Damasceno.

ANGICAL DO PIAUÍ

2023

AGRICULTURA FAMILIAR E INFORMALIDADE: O SEU PAPEL NO ABASTECIMENTO LOCAL NA CIDADE DE AMARANTE-PI.

Leandro Veloso de Melo¹
Azenate Alves Rodrigues Damasceno²

RESUMO

A agricultura familiar é o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra, essencialmente, o núcleo familiar. Composto mais de 67% da mão de obra no País, a agricultura em muitas cidades ainda está na informalidade devido a pouca quantidade de associações e cooperativas qualificadas para a formalização. Esse trabalho tem como objetivo geral analisar qual o papel da agricultura familiar informal no abastecimento local da cidade de Amarante-PI. É uma pesquisa qualitativa e exploratória, classificada como básica. Conclui-se que a informalidade ainda é a melhor opção para os agricultores do município, devido serem assistidos pelas políticas públicas do governo e as suas produções ainda serem de pequena escala. Observou-se a grande dificuldade dos produtores entrevistados em relação a consulta com engenheiro agrônomo para o cultivo e manejo do solo.

Palavras-chave: agricultura; informalidade; sobreviver; familiar; amarante-pi.

ABSTRACT

Family farming is the cultivation of the land carried out by small rural landowners, with the labor force, essentially, the family nucleus. Composing more than 67% of the workforce in the country, agriculture in many cities is still informal due to the small number of associations and cooperatives qualified to formalize. It will be basic exploratory qualitative research to describe the methods used, identifying where and which inputs are produced in the municipality. The research will be of great value for us to understand how agricultural families are able to informally generate and commercialize their livelihood within the city. It is concluded that informality is still the best option for farmers in the municipality, since they are assisted by public government policies and their production is still small-scale. It was observed the great difficulty of the interviewed producers in relation to consultation with an agronomist for the cultivation and management of the soil.

Keywords: agriculture; informality; survive; family; amarante-PI.

Data de aprovação: 29/05/2023.

¹ Acadêmico em Bacharelado em Administração. IFPI - Campus Angical. E-mail: caang.20191baa21@aluno.ifpi.edu.br.

² Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (IFPI). Especialista em Supervisão Pedagógica (UESPI) e Gestão Pública (UFPI). Bacharel em Administração (UESPI) e Licenciatura Plena em Pedagogia (UESPI). E-mail: azenate@ifpi.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ou agricultura de subsistência é um ramo que engloba atividades como lavoura, pecuária, extrativismo, prestação de serviços e artesanato (AGROPOS, 2021). Portanto, a diversidade é uma das características desse setor que a cada dia envolve muitas famílias, que têm como foco principal o sustento familiar.

A agricultura familiar é entendida como aquela em que a família assume o trabalho no estabelecimento produtivo, ao mesmo tempo que é a proprietária dos meios de produção. Mesmo sendo moderno, o agricultor familiar, mantém traços camponeses, pois enfrenta os mesmos problemas em um cenário contemporâneo e na maioria dos casos conta com sua força de trabalho (WANDERLEY, 2003). Acredita-se que a forma como as famílias se relaciona com a produção e o trabalho, os diferenciam socialmente de outros modelos de produção, no mundo rural.

A agricultura de subsistência no Brasil deu-se início após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, durante a Revolução Verde, um programa de inovações tecnológicas no setor da agricultura. O objetivo era aumentar a produtividade por meio de modificação em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo. (PENSAMENTO VERDE, 2013).

No entanto, o aumento da produção não foi suficiente para acabar com a fome no mundo. Entre os problemas encontrados estava, em especial, que os alimentos produzidos em países em desenvolvimento eram e ainda são direcionados às grandes nações, ou seja, países desenvolvidos (PENSAMENTO VERDE, 2013).

Ademais, a Revolução Verde no mundo deixou de fazer sentido quando os pequenos produtores começaram a enfrentar sérios problemas. Esse sistema parecia ter como alvo os grandes agricultores, tornando alguns incapazes de se adaptar às novas técnicas e incapazes de produzir, dificultando a permanência no ramo.

A Revolução Verde trouxe muitos problemas ao meio ambiente. Com o desmatamento para a agricultura, veio o surgimento de insetos e o uso de agrotóxicos, fungicidas, entre outros produtos. Desta forma, houve uma mudança e poluição de todo o ambiente - solo, rios, animais e plantas.

Além disso, o sistema “desalojou” os pequenos produtores de suas lavouras, contribuiu para o aumento da migração rural e, conseqüentemente, para o aumento da população da periferia da capital. Desde então os pequenos produtores rurais encontram dificuldades para manterem formalmente sua produção agrícola. Visto que, para haver formalidade na Agricultura familiar, seria apenas por meio de associações e cooperativas.

Ferreira (2004) evidencia que a origem da palavra cooperação é *operare*, que significa operar no sentido de fazer algo, e a palavra colaboração é oriunda de *laborare*, que denota trabalho com fins específicos. As duas palavras ainda decorrem do latim *coo* que remete a trabalho em conjunto, pressupondo um trabalho coletivo que pode agir cooperativa ou colaborativamente (FIORENTINI, 2004).

Na cidade de Amarante-pi, localizada no Estado do Piauí, possui aproximadamente 50% da população que desempenha a Agricultura familiar em suas 85 comunidades rurais. Os insumos desenvolvidos por essas famílias rurais são produzidos e vendidos de forma informal dentro da cidade.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar qual o papel da agricultura familiar informal no abastecimento local da cidade de Amarante-PI, especificando o método utilizado e observando sua aplicabilidade, tendo como objetivos específicos: identificar eventuais falhas,

onde e quais insumos são produzidos no município e caracterizar a produção agrícola familiar, seus propósitos e como atuam na informalidade.

A pesquisa busca responder: Qual o problema relacionado a falta de cooperativas e associações para a formalização das respectivas famílias agrícolas na cidade de Amarante? A metodologia utilizada na pesquisa, será qualitativa e por meio de estudo de caso. Esse estudo será de grande valia para podermos compreender a falta desses meios de formalidades e o desenvolvimento e produção agrícola da região da Cidade de Amarante-PI.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SURGIMENTO DA CATEGORIA “AGRICULTURA FAMILIAR”

Analisando os processos históricos da agricultura no Brasil, destaca-se que de 1889 a 1930 houve uma grande migração rural que resultou no aumento da demanda por trabalho agrícola e industrial. Com a redução da população rural, houve um aumento da área de cultivo, o que ocasionou a expansão das fronteiras agrícolas. Essa mudança levou a um grande crescimento da agricultura nas décadas seguintes, marcado pelo aumento da produtividade e tornou atraente para as instituições financeiras a implementação de políticas de crédito agrícola. Então, a partir da década de 1960, a concessão de crédito agrícola deu um forte impulso à modernização da agricultura por meio do surgimento de ferramentas que ajudaram a reduzir o tempo de produção e aumentar a quantidade produzida (MOREIRA, 1999).

Palmeira (1989) afirma que a mudança provocada pelo processo de desenvolvimento agrícola resultou em: alta concentração da terra nas mãos de poucas pessoas, distribuição igualitária de renda, aumento da migração rural, aumento de exploração de trabalhadores em pequenas áreas. Assim, produz-se uma grande desigualdade no meio rural, onde os grandes proprietários continuam a dominar os mercados de alimentos agrícolas, enquanto os pequenos produtores experimentam um declínio na qualidade de vida e no trabalho. Foi em meio a essa situação de pobreza no meio rural que a expressão “agricultura familiar” surgiu no Brasil na década de 1990, trazendo alternativas para diferentes classes sociais que não seriam mais separadas por pequenos produtores ou trabalhadores rurais (SCHINEIDER, 2003).

Para Wanderley (2003) o agricultor familiar é aquela pessoa que vive no contexto da agricultura moderna, mas que vê a família como uma instituição produtiva e precisa do auxílio das políticas sociais para se adequar ao processo produtivo atual. Os agricultores começaram a aparecer aos olhos das políticas públicas, segundo Denardi (2001), até então existiam “políticas agrícolas” que contrariavam os interesses das grandes empresas agropecuárias, enquanto as “políticas agrícolas” começaram a ser estabelecidas a partir da década de 1990, trazendo uma nova e estamos a olhar para a agricultura e o ambiente rural, que conduz à criação de emprego e à proteção do ambiente.

A primeira política pública voltada especificamente para a agricultura familiar foi o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996. Esse programa, segundo Denardi (2001, p.58) “[...] é a vitória do movimento social e dos sindicatos dos trabalhadores rurais nas últimas décadas”, dentre as organizações responsáveis por esse sucesso, a Gritos da Terra Brasil e a Frente sul da Agricultura Familiar se destaca na demanda dos agricultores. Dentre as principais políticas públicas alcançadas pelos agricultores familiares, destaca-se na região AMREC (Organização dos Municípios do Carbonífero), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PAA (Programa de Acesso a Alimentos) e BNB (Banco do Nordeste do Brasil) (BRASIL, 2014).

Dentre as políticas públicas inseridas no meio rural o Banco do Nordeste é um dos grandes financiadores da agricultura familiar no Brasil. No Estado do Piauí não é diferente, o

aparato às famílias agrícolas é de grande valia para a produção familiar. Na cidade de Amarante-pi a maioria dos produtores rurais fazem uso dos seus financiamentos para a produção de suas lavouras.

2.1.1 BANCO DO NORDESTE

O Banco do Nordeste do Brasil S. A. tem a missão de atuar como o banco de desenvolvimento da região, e executa uma política de desenvolvimento ágil e seletiva, capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da região (BNB,2023).

O Banco do Nordeste atende às necessidades de crédito da Agricultura Familiar por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para diferentes públicos da Agricultura Familiar, o Banco do Nordeste definiu um modelo de negócio diferenciado para pequenos produtores, distribuindo os clientes atendidos pelo Pronaf nos setores de microcrédito rural e agricultura familiar.

O público alvo desse Programa de fortalecimento, são agricultores familiares detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), inativa no começo do ano de 2023 e implantada no seu lugar, o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), emitida por entidades credenciadas pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), contando com o apoio financeiro do Banco do Nordeste para implantação, ampliação ou manutenção dos seus empreendimentos rurais, com destaque para as atividades de apicultura, bovinocultura, fruticultura, pesca e ovino e caprino cultura.

De acordo com a concepção de Azevedo (2012), a criação do PRONAF evidencia, de certa forma, o reconhecimento da agricultura familiar como parte do setor público e, embora ainda existam vários problemas na sua operacionalização, ele tem contribuído para mudanças e conduzido melhorias no espaço agrário nacional. A implementação do PRONAF é, em certa medida, uma evidência da mudança de enfoque no processo de implementação das políticas públicas para o espaço rural brasileiro.

O Agro amigo, como também é conhecido, atende necessidades de crédito de até R\$ 20.000, incluindo a elaboração de propostas de crédito, utilizando metodologia própria de direcionamento e acompanhamento do crédito. Composto por clientes do BNB em duas modalidades: o Agro amigo Crescer, voltado aos produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf e o Agro amigo Mais, destinado aos clientes enquadrados nos demais grupos do Pronaf, com valor da proposta de crédito de até R\$ 20 mil.

2.1.2 DESAFIOS DA INFORMALIDADE PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Existem muitas tentativas e formas diferentes de se conceituar ou definir informal e informalidade. Entre elas, cita-se De Soto (1989), que entende informalidade como sendo “um conjunto de atividades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere aos tributos e à regulação”.

Esse conceito de De Soto (1989) apresenta, de forma absolutamente sintética, o que este trabalho tomou como sendo a informalidade e, conseqüentemente, um produto informal. Cabe ainda diferenciar o segmento informal do segmento ilegal. Segundo Ribeiro (2000), o legal é constituído de atividades socialmente aceitas, tais como sonegação de impostos, aluguéis, trabalho sem registro, troca de serviço, escambo etc. O ilegal, por sua vez, é constituído das atividades ilícitas não socialmente aceitas, tais como frutos de roubo, contrabando, fraudes, drogas, corrupção, entre outras relacionadas a atos ilícitos.

Para Wilkinson e Mior (1999), a informalidade refere-se a uma atividade cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes, sejam eles de

relações de trabalho, instalações ou normas técnicas de produção. A formalização só acontece quando os produtores conseguem construir um mercado capaz de absorver produção suficiente para viabilizar o empreendimento. Após a conquista de um mercado rentável, é que, então, fazem os investimentos necessários para essa formalização (DORIGON; 2008, FERRARI; 2011).

Segundo Mior (2005), os problemas enfrentados pelos agricultores familiares quanto à regulação da atividade de processamento e à comercialização de alimentos iniciaram-se em 1990, quando o aparato legal que regia as agroindústrias foi descentralizado, tornando-se responsabilidade dos municípios e estados. As questões que levam os agricultores a se manterem no setor informal apontam para a falta de mão de obra, bem como a produção insuficiente da matéria-prima (GAZOLLA, 2009).

Pode-se constatar que a venda informal de excedentes para autoconsumo e a produção comercial diversificada da agricultura familiar fazem parte do setor informal 'legal' ou socialmente aceitável. Portanto, fica claro que, para efeito de aplicação desse método, é considerada informal toda atividade cujos produtos não cumpram algumas normas e impostos do país, e que seja socialmente aceita.

2.1.3. POR QUE UM AGRICULTOR FAMILIAR NÃO PODE SER MEI

O MEI pode ser uma boa opção para um agricultor que quer se legalizar. Porém, ele não pode ser pequeno empresário individualmente. A categoria não consta na lista de atividades aprovadas pelo MEI, que está disponível no Portal do Empreendedor. Os agricultores possuem atividades regulamentadas pelo Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e isso é algo incompatível com o conceito de empresário que se aplica ao MEI. Já que objetivo do microempreendedor é justamente formalizar profissões não atendidas por legislação específica, sendo prejudicadas em relação aos benefícios trabalhistas.

Na construção moderna da sociologia do trabalho, considerava-se integrante da classe trabalhadora somente aqueles que exerciam trabalho produtivo, que é aquele que insere bem ou serviço no mercado de trabalho, gerando mais-valor (PEREIRA, 2017). Giovanni Alves e Ricardo Antunes (2004) propõem uma atualização dessa categoria da sociologia laboral, no sentido de incluir no conceito de classe que vive do trabalho todos que vendem a força de trabalho em troca de um salário, gerando mais-valor direta ou diferida.

Ricardo Antunes (2017), em escritos recentes, inclui o MEI na concepção de classe que vive do trabalho, afirmando que o empreendedorismo é um mito em países em que não se cria trabalho digno. Este trabalhador passa a ser definido como um microempreendedor, que tem liberdade sobre seu próprio trabalho, que não tem patrão, que administra sua própria vida para sobreviver. Um trabalhador que arca ele próprio com os riscos, com uma série de custos, e não conta com os direitos que vinham associados à exploração de seu trabalho (ANTUNES 2017, p. 21).

Na realidade, o MEI é uma relação social de assalariamento de forma disfarçada mediante a pelotização, em que o capital se oculta através da valoração ideológica do “empresário de si mesmo” (DRUCK, 2019), que gera ainda mais exploração e precariedade para aqueles que estão na zona rural.

2.1.4. MUNICÍPIO DE AMARANTE-PI (PI)

O município foi fundado em 4 de agosto de 1871. Está a 160 quilômetros ao Sul de Teresina. A cidade foi cantada em versos pelo seu filho mais ilustre, o poeta Da Costa e Silva, também autor do Hino do Piauí. Vizinha dos municípios de Regeneração, São Francisco do

Maranhão e Palmeirais, Amarante se situa a 62 km de Floriano, a maior cidade nos arredores (O ESTADO DO PIAUÍ, 2021).

Um dos principais cartões-postais de Amarante é o centro histórico, formado por 72 casarões conservados, que já foi cenário para produções de época e do filme piauiense “Ai, que Vida”. Os imóveis, com estilo da arquitetura portuguesa, estão ligados mutualmente e geralmente possuem janelas apenas na frente e jardim interno (O ESTADO DO PIAUI, 2021).

Quem chega ao centro da cidade se depara com o mirante Da Costa E Silva, cujo acesso é uma grande escadaria. Lá de cima é possível ver todo município, o rio Parnaíba – que o poeta chamou de velho monge – e a cidade vizinha, São Francisco do Maranhão. O mirante recebeu este nome, pois na cidade comenta-se que o poeta ficava horas ali a escrever. As homenagens a ele também estão presentes em outros imóveis da cidade e nos concursos literários realizados nas escolas (O ESTADO DO PIAUI, 2021).

O município foi criado pela Resolução Provincial nº 734 de 04/08/1871. A população total, segundo o Censo 2021 do IBGE, é de 17.609 pessoas e uma densidade demográfica de 12,6 hab/km², onde 47,19% das pessoas estão na zona rural. Com relação a educação, 66,9% da população acima de 10 anos de idade são alfabetizadas. A sede do município dispõe de energia elétrica distribuída pela Companhia Equatorial, terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, agência de correios e escola de ensino fundamental e ensino médio. A agricultura praticada no município é de arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca, milho e tomate e melancia (IBGE,2021).

A cidade contém 85 comunidades Rurais, dentre elas 3 quilombos,9 assentamentos. É banhada por 3 Rios: Mulato, Canindé e Parnaíba. Aproximadamente 50% da sua população, de acordo a Sala do Empreender da Cidade, desenvolve a Agricultura Familiar, produzindo insumos para o sustento familiar, comercializando dentro da própria região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo possui abordagem qualitativa, que segundo Lehfeld (1991) refere-se à pesquisa como sendo a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, cujo objetivo é descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências.

Quanto a natureza da pesquisa, ela é básica, objetivando a geração de novos conhecimentos para o avanço da ciência, buscando gerar verdades, ainda que temporárias e relativas, de interesses mais amplos. Segundo Appolinário (2011, p. 146), a pesquisa básica pretende principal “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”.

Em relação aos objetivos são de caráter exploratório, conforme leciona Gil (1991), pesquisas exploratórias objetivam facilitar familiaridade do pesquisador com o problema objeto da pesquisa, para permitir a construção de hipóteses ou tornar a questão mais clara. Os exemplos-chave de pesquisas exploratórias são as pesquisas bibliográficas e os estudos de caso.

Os procedimentos utilizados, foi realizado um estudo de caso, com o instrumento de pesquisa uma entrevista com 6 agricultores familiares que trabalham na informalidade dentro da cidade de Amarante-PI, sendo 3 de cultivo de tomates e melancias e 3 de produção de cajuína artesanal, visto que, das 85 comunidades rurais poucas fazem uso do plantio específico dessas lavouras. Para Luke e André (1999), o estudo de caso se assemelha mais a uma abordagem metodológica de pesquisa que a um tipo de procedimento. É composto de três fases: uma exploratória; outra de sistematização de coleta de dados e delimitação do estudo, e a última de análise e interpretação das descobertas.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise ocorreu baseado nas respostas por meio da entrevista com três produtores de cajuína e três de tomate e melancia do Município de Amarante-PI que foram relacionados como sendo comerciantes informais de produtos excedentes de sua produção para autoconsumo ou produção específica para o comércio informal. Os resultados das entrevistas foram tabulados e transcritos nessa seção.

Os três primeiros entrevistados foram produtores de tomate e melancia do sul do município de Amarante-PI, especificamente da comunidade conceição. Quando perguntados sobre as origens das sementes dos seus insumos, os agricultores relataram que fazem a compra em outro Estado, na Bahia, devido a semente ser selecionada, ou seja, tenha uma boa qualidade física, fisiológica, genética e sanitária da semente.

Sobre o método utilizado sobre o manejo do solo, todos os respondentes afirmaram que utilizam o conhecimento empírico adquirido ao decorrer dos anos com seus pais ou de suas próprias experiências, fazendo uso de adubos e inseticidas caseiros ou comprados em Floriano-PI, visto que, segundo eles, há falta de recursos financeiros para contratar um agrônomo para a análise do solo de cultivo.

Em relação ao abastecimento e venda, todos os produtores respondentes recorrem as políticas públicas, principalmente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública do município de Amarante e Floriano. Segundo eles é mais confiável repassar os insumos a esse programa, para que não haja desperdício dos insumos e “é um dinheiro certo no bolso”.

O apoio aos agricultores familiares como forma de estimular a produção de alimentos sustentáveis é considerado essencial, não só por sua capacidade de geração de ocupação e de renda, como também pela maior diversidade e oferta de alimentos de qualidade, menor custo com transporte, confiabilidade do produto, preservação do hábito regional e da produção artesanal, promovendo uma conexão entre o campo e a cidade (SARAIVA, 2013).

Como estratégia, após o período de cultivo do tomate e da melancia, todos os agricultores respondentes reaproveitam os campos para a plantação de milho e feijão por meio da irrigação, pois é época da seca, com o intuito de continuar com uma renda dentro de casa. A venda da produção do milho e feijão são vendidos nas comunidades e na feira da cidade.

De acordo com Nunes e Schneider (2014), o art. 2º, inciso V, da Lei nº 11.947/2009 prevê essa política (PNAE), como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento rural, a qual se dará por meio da compra de produtos de agricultores familiares, estabelecendo uma integração com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Essa referência contém uma importante distinção: a de reconhecer a importância da unidade produtiva familiar como sistema de produção capaz de fornecer uma variedade de alimentos saudáveis e de qualidade para a alimentação escolar brasileira.

Partindo para a entrevista com os três produtores de cajuína, apenas dois estão atualmente trabalhando na informalidade. Um dos entrevistados, afirma que para ter acesso a grandes vendas necessitou abrir um MEI em nome do seu filho, em virtude de o produtor possuir uma aposentadoria rural e não poder fazer em seu nome.

Para Behling et al. (2014, p. 66) o Microempreendedor Individual “é a pessoa que trabalha por conta própria e possui, no máximo, um funcionário contratado, que recebe um salário mínimo ou o piso salarial da categoria”. Ainda segundo os autores, uma das principais benéficas oferecidas por esta lei é a possibilidade da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, o que torna possível uma relação formal com o mercado, além de habilitá-lo a ter acesso aos demais benefícios da formalização.

Os dois fabricantes de cajuína respondentes dessa pesquisa, fizeram os mesmos relatos em relação a cultivo do solo e inseticidas. As mudas de caju são compradas em Teresina para a criação dos cajuais e a produção é toda familiar. O período de produção acontece entre os meses de setembro a novembro, podendo ser estocada toda a produção durante 1 ano. Em relação a venda, os mesmos vendem para restaurantes do município e região. O principal comprador segundo eles é o Lira Eco Parque, para seus visitantes e hóspedes.

Os cinco produtores entrevistados utilizam dos meios de financiamento do BNB, para as suas plantações. Com o Agro amigo eles conseguem um financiamento de seis mil reais para fazer a compra de equipamentos a serem utilizados no cultivo das plantações. E o pagamento desse financiamento pode ser feito parcelado, com até um ano de prazo para o pagamento da primeira parcela, logo após a venda de seus insumos.

Analisando esses resultados, podemos identificar que a agricultura familiar dentro do município tem um papel fundamental para a economia e abastecimento. Visto que, há comercialização e o abastecimento para programas públicos e restaurantes locais. Observando que os produtos produzidos pela agricultura familiar são circulados dentro da própria cidade, fazendo com que os produtores consigam o sustento da sua família por meio da sua produção.

Observa-se que o fato de as prefeituras reconhecerem a necessidade de se organizar e participar do PNAE possa incentivar à organização e participação de agricultores familiares, permitindo-lhes o acesso aos mercados e fortalecer as organizações sociais. Ao mesmo tempo, garante meios para os agricultores familiares comercializarem seus produtos no mercado de alimentação escolar, além de abrir a possibilidade de expansão em outros mercados, pois através do PNAE os agricultores familiares podem encontrar formas de diversificar e aumentar sua produção, de acordo com a Resolução FNDE nº 04 (2015). E com a ajuda do Banco do Nordeste os agricultores podem financiar seus equipamentos para a produção da plantação, possuindo meios acessíveis de pagamento.

Devido ao suporte fornecido pela prefeitura e das políticas públicas para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar dentro da cidade de Amarante-PI, a inserção de cooperativas e associações não são necessárias, pois a maioria das pessoas é ensinada e estimulada a trabalhar arduamente para conseguir dinheiro, isto implica em um interesse muito individual ou familiar visando garantir a própria sobrevivência.

5 CONCLUSÃO

A referida conclusão está embasada nos resultados encontrados, que refletem a informalidade local na realidade do município de Amarante-PI. De acordo com o problema exposto na introdução desse artigo, observou-se que a falta de cooperativas na cidade é devida a produção da agricultura familiar ser apenas para a sua subsistência, contando com mão de obra familiar e apoio de políticas públicas dentro do município.

Com as políticas públicas, analisa-se que para a agricultura familiar ficou mais fácil a comercialização de seus produtos. Ademais, um dos grandes medos desses trabalhadores é a não venda de seus insumos. E com a implantação do PNAE, eles já possuem uma venda direcionada sem risco de perder seu sustento. Com a venda para os restaurantes locais estão alavancando a cultura e economia da cidade, deixando ainda mais rica e sem precisar vir alimentos de outras cidades para a comercialização.

Ao observar a agricultura desse município, vê-se que umas das dificuldades encontradas é a falta de consulta a engenheiro agrônomo, para a análise de solo, quais sementes e inseticidas poderão ser utilizados. Por isso, uma criação de rede de apoio da gestão do município será essencial, disponibilizando palestras, cursos e até mesmo um agrônomo de forma gratuita para ajudar esses lavradores a possuir mais conhecimentos sobre as terras trabalhadas.

Esse artigo é de grande valia para que em outros estudos futuros, observe-se os alimentos plantados na cidade e quais políticas públicas ainda estão inseridas no município que por ser uma produção pequena e familiar a informalidade ainda é a melhor opção para esses trabalhadores. Dessa forma, sugere-se novas pesquisas sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007.

AMARANTE 150 anos, Estado do Piauí, 2021. Disponível em: <https://oestadodopiauui.com/amarante-150-anos-onde-a-tradicao-a-fe-e-a-poesia-se-encontram/>. Acessado em 2, março de 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O desejo de retorno do mundo do trabalho à escravidão**. Revista IHU online, abril, 2017.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 146p.

Área territorial brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

AZEVEDO, F. F. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar e as transformações da agropecuária no Rio Grande do Norte**: uma análise do período 1995 - 2005.

In: CHELOTTI, M. C. (Org.). **Geografia agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro**. Uberlândia: Assis editora, 2012, p. 133-160.

DE SOTO, H. **The other path**. New York: Harper and Row, 1989.

DENARDI, Reni Antonio. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas**: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Rev. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.3, p. 56-62, 2001.

DORIGON, C. **O Mercado Informal dos Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina**. In: Encontro Nacional de Estudos do Consumo - ENEC, 5. Rio de Janeiro, 2010. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: Grupo de Estudos do Consumo e da Associação Nacional de Estudos do Consumo, 2010. Disponível em: Acesso em: 23 jul. 2022.

DRUCK, Graça. **A contrarreforma neoliberal e a terceirização**: a precarização como regra. Cad. CRH vol.32 no.86 Salvador maio/ago. 2022.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2004.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

HESPANHA, P. **Micro empreendedorismo**. In: CATTANI, A.; LAVILLE, J-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Edições Almedina

LÜDKE, Menga; André, Marli D. A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1999.

MORAES, Michelly. **Agricultura familiar**: o que você sabe sobre esse assunto?2021, Disponível em: <https://agropos.com.br/agricultura-familiar/>. Acessado em 22, novembro de 2022.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

NUNES, Emanuel Márcio; SCHNEIDER, Sergio. **Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste**: A Diversificação da Agricultura Familiar do Polo Açu-Mossoró (RN). Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 601-626, jul./set. 2014.

OLIVEIRA, D.; MELLO, M. A. **Novas formas de inserção da agricultura familiar ao mercado como estratégia de desenvolvimento rural**. In: CONGRESSO DA SOBER, 44.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, **Estado e a questão agrária**. Estudos Avançados, USP, 1989.

PEREIRA, Flávia. **Para além da greve**: diálogo ítalo-brasileiro para a construção de um direito ao pluralismo político da classe-que-vive-do-trabalho. Tese de Doutorado em Direito. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2017.

Redação Pensamento Verde. **Revolução Verde**. Pensamento verde, 2013. Disponível em:<https://www.pensamentoverde.com.br/atitude/a-revolucao-verde-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 24, novembro de 2022.

RIBEIRO, R. N. **Causas, efeitos e comportamento da economia informal no Brasil**. 2000. 58 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) –Universidade de Brasília, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/TrabAcademicos/Textos/RobertoCausasEfeitosComportamentodaEconomiaInformalnoBrasil.pdf>. Acesso em: 23 março. 2023.S.A., 2009, p. 248-254.

SARAIVA, Elisa Braga et al. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 4, n. 18, p. 927-936, 2013.

SCHEJTMAN, Alexandre; BERDEGUÉ, Júlio A. Desarrollo territorial rural. Santiago, 2004.

SOBRE Agricultura familiar. Banco do Nordeste,2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agricultura-familiar/sobre>. Acesso em 23, março,2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Rev. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, Outubro de 2003, p. 42-61.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Prezado(a) Agricultor,

Essa pesquisa faz parte do trabalho de conclusão do curso(TCC) do Bacharelado em Administração do discente Leandro Veloso de Melo, orientado pela Professora Azenate Alves Rodrigues Damasceno.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar qual o papel da agricultura familiar informal no abastecimento local da cidade de Amarante-PI. Todos os dados são confidenciais e serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

1-Onde as sementes plantadas são compradas?

2-Quais os métodos utilizados no manejo do solo e controle de pragas?

3-Onde ocorre a venda dos seus insumos?

4-Qual a época de plantação e colheita das sementes?

5-Quais políticas públicas eles fazem uso?